

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LEI 10.639/2003: LIMITES E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DO CAMPO DO RECÔNCAVO BAIANO

EDUCATION OF THE COUNTRYSIDE AND LAW 10,639/2003: LIMITS AND POSSIBILITIES IN THE CONTEXT OF A RURAL SCHOOL IN THE RECÔNCAVO BAIANO

LA EDUCACIÓN DEL CAMPO Y LA LEY 10.639/2003: LÍMITES Y POSIBILIDADES EN EL CONTEXTO DE UNA ESCUELA RURAL DEL RECÔNCAVO BAIANO

Cristiano Lima dos Santos Almeida¹ <https://orcid.org/0000-0001-8146-8913>

Maria Aparecida Oliveira Nascimento Almeida² <https://orcid.org/0009-0008-8352-9749>

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Itapetinga, Bahia, Brasil; cristiano.almeida@uesb.edu.br

² Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – São Francisco do Conde, Bahia, Brasil; cidinhaunilab@gmail.com

RESUMO: A pesquisa analisa a proposta educacional de uma escola do campo localizada na área rural do município de São Francisco do Conde, no Recôncavo Baiano, buscando compreender suas aproximações e distanciamentos em relação aos princípios da Educação do Campo e às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 10.639/2003. O trabalho ancorou-se no paradigma qualitativo de pesquisa. Foi realizada aplicação de questionário através de formulário eletrônico e análise documental do Projeto Político Pedagógico da escola *lôcus* do estudo. As respostas, apresentadas pelas (os) docentes através do formulário eletrônico foram unânimes quanto à necessidade de uma proposta educacional que seja distinta e específica para o contexto das escolas do campo. Há, nas respostas, o reconhecimento das questões relativas às especificidades entre os modos de vida rural e urbano e o quanto as práticas escolares necessitam fazer sentido para os educandos, especialmente pela valorização do contexto local. Na análise do PPP destacou-se a necessidade de uma proposta específica para a Educação do Campo na escola *lôcus* do estudo, proposta que não seja genérica e desvinculada das questões sociais e culturais mais profundas e diretamente relacionadas com as culturas indígena e africana, que marcam e constituem a identidade da população brasileira.

Palavras-chave: Educação do Campo; políticas educacionais; práticas pedagógicas.

ABSTRACT: The research analyzes the educational proposal of a rural school located in the countryside of the municipality of São Francisco do Conde, in the Recôncavo Baiano, aiming to understand its alignments and divergences in relation to the principles of Rural Education and the guidelines established by Law No. 10,639/2003. The work was anchored in the qualitative research paradigm. A questionnaire was administered through an electronic form and documentary analysis of the Pedagogical Political Project of the school where the study was conducted. The responses submitted by teachers through the online form were unanimous regarding the need for an educational approach that is distinct and specific to the context of rural schools. The responses acknowledge the specificities of rural and urban lifestyles and the need for school practices to make sense to students, especially by valuing the local context. The responses also highlighted the need for pedagogical training proposed by the municipal

education department that includes teachers in rural schools, as well as appropriate books and teaching materials contextualized to the school's current context. In the analysis of the PPP, the need for a specific proposal for Rural Education at the school that served as the locus of the study was highlighted—a proposal that is not generic and detached from the deeper social and cultural issues directly related to Indigenous and African cultures, which shape and constitute the identity of the Brazilian population.

Keywords: Rural Education; educational policies; pedagogical practices.

RESUMEN: La investigación analiza la propuesta educativa de una escuela del campo ubicada en el área rural del municipio de São Francisco do Conde, en el Recôncavo Baiano, con el objetivo de comprender sus acercamientos y distanciamientos en relación con los principios de la Educación del Campo y las directrices establecidas por la Ley nº 10.639/2003. El trabajo se basó en el paradigma de la investigación cualitativa. Se administró un cuestionario mediante un formulario electrónico y se realizó un análisis documental del Proyecto Político Pedagógico de la escuela donde se realizó el estudio. Las respuestas del profesorado a través del formulario electrónico fueron unánimes en cuanto a la necesidad de un enfoque educativo diferenciado y específico para el contexto de las escuelas rurales. Las respuestas reconocen las particularidades de los estilos de vida rurales y urbanos, así como la necesidad de que las prácticas escolares tengan sentido para el alumnado, especialmente valorando el contexto local. También destacaron la necesidad de que el departamento municipal de educación ofrezca formación pedagógica que incluya a los docentes de las escuelas rurales, así como libros y materiales didácticos adecuados y contextualizados al contexto escolar. En el análisis del PPP se destacó la necesidad de una propuesta específica para la Educación del Campo en la escuela que fue el lócus del estudio, una propuesta que no sea genérica ni desvinculada de las cuestiones sociales y culturales más profundas, directamente relacionadas con las culturas indígena y africana, que marcan y constituyen la identidad de la población brasileña.

Palabras clave: Educación rural; políticas educativas; prácticas pedagógicas.

Introdução

Ao tratar da Educação do Campo, estamos nos referindo ao atendimento educacional de sujeitos que vivem e produzem no meio rural, abarcando toda a sua diversidade: “camponeses, agricultores e extrativistas (assentados, sem-terra, ribeirinhos), trabalhadores do campo (assalariados, meeiros etc.), pescadores, quilombolas, indígenas e povos da floresta” (Peres, 2013, p. 36). Apesar dos direitos constitucionais, essa população ainda sofre com a exclusão educacional e o analfabetismo. Por isso, carece de ações educacionais voltadas para crianças, jovens e adultos que vivem em um contexto menos favorecido, quando comparado ao urbano. Para além da alfabetização, o que se espera da Educação do Campo é a garantia do direito aos conteúdos e conhecimentos escolares necessários ao desenvolvimento dos camponeses, respeitando seus contextos sociais e modos de vida.

De acordo com Pinto *et al.* (2006), a perspectiva da Educação do Campo compreende que a população rural também necessita de outros direitos que, apesar de parecerem simples, são essenciais, tais como saneamento básico, energia elétrica, merenda escolar, professores

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LEI 10.639/2003: LIMITES E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA RURAL DO RECÔNCAVO BAIANO

Cristiano Lima dos Santos Almeida • Maria Aparecida Oliveira Nascimento Almeida

qualificados, além da manutenção de direitos e elementos culturais próprios de cada comunidade camponesa. Conforme o artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a educação é um direito de todos os cidadãos, além de dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. Assim, destaca-se a educação como um direito de todos, inclusive dos camponeses.

Cabe ao poder público atender as demandas de um povo que possui os mesmos direitos que os demais cidadãos da zona urbana. Destaca-se que, segundo Faccio (2012), historicamente os camponeses têm enfrentado lutas para garantir sua sobrevivência com credibilidade e sustentabilidade.

A manutenção do domínio da terra nas mãos de latifundiários tem contribuído para a opressão dos pequenos camponeses, trabalhadores e trabalhadoras, que, além de lutarem pela efetivação da reforma agrária e por um pedaço de terra para o sustento de suas famílias, também buscam uma educação que contribua para o seu desenvolvimento econômico e para a promoção da justiça social. Destaca-se ainda que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei 9.394/96 (Brasil, 1996) - em seu artigo 28, prevê a oferta de educação para a população camponesa, possibilitando adaptações e adequações às peculiaridades da vida rural de cada região.

A LDB (Brasil, 1996) chama atenção para a necessidade de que, na oferta educacional às populações do campo, sejam realizadas adequações nos conteúdos, metodologias e na organização escolar, inclusive no que se refere ao calendário letivo.

O presente estudo norteou-se pela seguinte questão de pesquisa: em que medida a proposta curricular e as metodologias de ensino de uma escola localizada na área rural do município de São Francisco do Conde se aproximam da perspectiva político-pedagógica da Educação do Campo? Nesta pesquisa, objetivou-se compreender se a educação implementada na escola lócus do estudo se aproxima da perspectiva da Educação do Campo, além de verificar a contextualização do Projeto Político-Pedagógico da escola com essa abordagem e suas implicações com a Lei 10.639/2003. Metodologicamente, o trabalho ancorou-se no paradigma qualitativo de pesquisa. Foi realizada a aplicação de questionário por meio de formulário eletrônico, bem como análise documental do Projeto Político-Pedagógico da instituição escolar investigada.

Além da introdução, o trabalho está organizado em seções subsequentes que dialogam entre si. Inicialmente, apresenta-se uma retrospectiva das políticas educacionais nas áreas rurais do Brasil e a trajetória de mobilização da educação rural até a Educação do Campo. Em seguida,



são expostas as perspectivas metodológicas que estruturaram a pesquisa. Os resultados são articulados nos seguintes eixos temáticos: (1) Práticas escolares em uma escola do campo em São Francisco do Conde/BA; e (2) Os desafios da docência em uma escola do campo: o que dizem as/os docentes. Por fim, apresentam-se as considerações finais, que sintetizam os resultados alcançados.

A política educacional nas áreas rurais no Brasil

Segundo Lira e Melo (2010), no século XIX foram registradas algumas poucas e dispersas iniciativas educacionais nas áreas rurais brasileiras, porém elas não obtiveram êxito. Foi somente a partir de 1930 que surgiram programas efetivos de escolarização para as populações camponesas. O ruralismo pedagógico, durante esse período, teve como objetivo fixar o homem no campo, em sua terra de origem. Sobre o movimento do Ruralismo Pedagógico, Caldart *et al.* (2012) destacam:

Aqueles que propunham uma pedagogia diferenciada para as populações rurais, identificados com o “ruralismo pedagógico”, defendiam a existência de uma escola que preparasse os filhos dos agricultores para se manterem na terra e que, por isso mesmo, estivesse associada ao trabalho agrícola e adaptada às demandas das populações rurais. Porém, essa concepção, como outras carregadas de “boas intenções”, permaneceu apenas no discurso (Caldart *et al.*, 2012, p. 296).

Embora o ruralismo pedagógico aparentemente demonstrasse uma preocupação com a condição educacional das populações rurais, Lira e Melo (2010) apontam para seu caráter “instrumentalista/utilitarista e idealista”, que buscava manter ou fixar o homem no campo sem lhe garantir condições dignas de vida, tais como trabalho, lazer e condições adequadas de habitação. Ou seja, tratava-se de uma proposta educacional que não estava verdadeiramente comprometida com a melhoria da qualidade de vida da população camponesa.

Em seus estudos bibliográficos sobre a oferta educacional no campo ao longo da história brasileira, Lira e Melo (2010, p. 5) também chamam atenção para a ausência de iniciativas que considerassem de maneira séria a formação de professores para atuar nas áreas rurais. Segundo as autoras, “os governos, ao invés de promover a criação de escolas normais rurais para a capacitação de professores ruralistas, optaram pela criação de um curso, com duração de três a quatro meses, fornecido pelas escolas normais já existentes”.

Outro ponto importante a ser considerado, no que se refere ao comprometimento do poder público nacional com a educação da população camponesa, é a multiplicidade de cursos criados nas décadas de 1940 e 1950 voltados ao atendimento educacional dessas populações.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LEI 10.639/2003: LIMITES E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA RURAL DO RECÔNCAVO BAIANO

Cristiano Lima dos Santos Almeida • Maria Aparecida Oliveira Nascimento Almeida

Lira e Melo (2010) caracterizam esses cursos como “rápidos e práticos”, o que evidencia a ausência de um compromisso real com a garantia do direito à educação para os povos rurais.

Ao fazer uma análise histórica das iniciativas educacionais no campo brasileiro, Lira e Melo (2010) destacam a importante participação de setores da população que propuseram ações educativas voltadas a romper com os cursos rápidos oferecidos pelo governo, estabelecendo propostas educacionais vinculadas à realidade do povo. Esses cursos passaram a ser conhecidos como “Programas Integrados para o Meio Rural”.

Com a participação de educadores ligados a universidades, movimentos religiosos e partidos de esquerda, nesse mesmo período, um importante movimento de educação popular se instaura, tendo em vista o incentivo à participação política das camadas populares, entre elas as do campo, e à criação de iniciativas pedagógicas condizentes com a cultura e as necessidades educacionais brasileiras, se contrapondo, dessa maneira, à importação de práticas pedagógicas alheias à realidade nacional (Lira; Melo, 2010, p. 11).

Apesar das iniciativas educacionais populares no campo brasileiro, Lira e Melo (2010) alertam que, com a ditadura militar instaurada em 1964 e a forte repressão policial e política no país, muitas dessas ações foram banidas pelo governo. As iniciativas educacionais verdadeiramente ligadas às demandas da população camponesa só voltariam a surgir no Brasil a partir da década de 1980, contando com a forte participação dos movimentos sociais. Sobre a atuação desses movimentos de luta pelos direitos dos povos do campo, destacam-se algumas organizações:

Nesse particular, é relevante evidenciar os movimentos sociais que mais ganharam destaque no desenvolvimento de experiências educativas na área da educação para o meio rural, tanto em parceria com sistema oficial de ensino, quanto fora deste: o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, a Contag – Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura, a CPT – Comissão Pastoral da Terra e os CEFFAs – Centros Familiares de Formação por Alternância (Lira; Melo, 2010, p. 14).

Percebe-se, então, que a elaboração de propostas educacionais mais apropriadas e preocupadas com o bem-estar da população rural está vinculada aos movimentos populares e aos movimentos sociais que, historicamente, têm lutado pelos direitos dessa parcela da população brasileira. As ações do poder público, ao longo da história, foram pontuais e, como destacam Lira e Melo (2010), “rápidas e utilitaristas”.

Nesse sentido, cabe pontuar também a relação entre as lutas e tensionamentos dos movimentos sociais em defesa de uma educação do campo e suas lutas históricas contra as discriminações e ocultamentos que visam escamotear a diversidade da população brasileira, como destacado por Silva (2007, p. 499):



De qualquer forma, seja em virtude de pressões internas feitas pelos movimentos sociais, seja pelos preceitos constitucionais, seja por força de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, particularmente na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, transcorrida em 2001, temos, em nossas plagas, cada vez com mais clareza, a compreensão de que as sociedades multiculturais terão dificuldades de se tornarem justas e democráticas, se não resolverem os problemas causados por opressões e discriminações; se não estiverem dispostas a integrar lutas contra injustiças, sem paliativos que visem mera inclusão, novo termo, para designar assimilação.

Torna-se perceptível, então, que as demandas populares por uma Educação do Campo estão em sintonia com as demandas e perspectivas sociais progressistas, que lutam e tensionam com o poder público em defesa de uma proposta de sociedade que se materialize como verdadeiramente multicultural, justa e democrática. Seja na reivindicação por uma política educacional voltada aos povos do campo, seja na busca por uma proposta educacional que considere a multiculturalidade e o combate às diversas formas de opressão, é notório que a educação cumpre um papel fundamental nesse processo.

Da Educação Rural a Educação do Campo

Ao tratar da Educação do Campo, é importante fazermos um resgate histórico desse movimento. Segundo Bezerra Neto e Bezerra (2011), aqueles que defendem a Educação do Campo apontam que os camponeses foram historicamente excluídos do acesso aos direitos e às políticas educacionais e que, a partir dos anos 1980, uma parte da sociedade passou a lutar por esses direitos.

É nesse contexto que se iniciam os debates sobre uma Educação do Campo no Brasil, voltada a defender ações educacionais que atendessem aos povos do campo. Para Bezerra Neto e Bezerra (2011), o movimento pela Educação do Campo nasceu no interior dos movimentos sociais, especialmente no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que defendia uma escola diferente na década de 1990.

Para Borges (2012), foi nos movimentos sociais - principalmente no MST - que se iniciaram as cobranças diante do poder público: primeiro, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, com o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, lutando por políticas específicas para atender a população camponesa em sua realidade.

Borges (2012) destaca o protagonismo dos movimentos sociais no processo, enfatizando o papel desempenhado pelo MST, que atuou para organizar a Articulação por uma Educação do Campo. Essa articulação culminou na realização do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (Enera), ocorrido em 1997, com a participação de diversas

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LEI 10.639/2003: LIMITES E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA RURAL DO RECÔNCAVO BAIANO

Cristiano Lima dos Santos Almeida • Maria Aparecida Oliveira Nascimento Almeida

organizações sociais, tais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além da Universidade de Brasília (UnB). Todas essas entidades compuseram a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo.

De acordo com Bezerra Neto e Bezerra (2011), os resultados alcançados no Enera levaram ao desafio de formular uma proposta educacional a partir do campo, que considerasse suas singularidades - tempo, espaço, ambiente, modo de viver e de se organizar. A partir de então, surge a Conferência Nacional de Educação do Campo (CNEC) e, posteriormente, com a articulação com o Governo Federal, foi criado o Programa de Educação na Reforma Agrária (Pronera), considerado uma grande conquista em relação à situação educacional das populações do campo.

Peres (2013), ao realizar um estudo sobre o analfabetismo no semiárido nordestino, chama atenção para as razões históricas que contribuíram para os elevados índices de analfabetismo nas áreas rurais:

Tradicionalmente a escola foi concebida como uma invenção da sociedade capitalista industrial em geral, e da cidade em particular, destinada a preparar as elites para governar e a camada popular para ser mão de obra (governada). Por isso o campo não se constituiu historicamente como espaço prioritário para ações institucionalizadas do Estado, através de diferentes políticas públicas e sociais, e nem políticas econômicas de desenvolvimento local e regional (Peres, 2013, p. 36).

Conforme apresentado por Peres (2013), as áreas rurais e suas populações não foram historicamente consideradas pelas políticas de Estado que buscassem garantir a esses povos um conjunto de direitos sociais, entre eles a educação. Ao que parece, a escola não foi pensada para as populações de trabalhadores rurais, que, com o passar do tempo, foram relegadas à condição de mão de obra braçal, considerada como não necessitando de estudo.

Outro aspecto destacado por Peres (2013) diz respeito à singularidade e à diversidade que caracterizam os povos das áreas rurais, compostos por “camponeses, agricultores e extrativistas (assentados, sem-terra, ribeirinhos), trabalhadores do campo (assalariados, meeiros etc.), pescadores, quilombolas, indígenas e povos da floresta” (Peres, 2013, p. 36). Desse modo, os camponeses têm vivenciado, desde a colonização, diversas situações de exploração de sua mão de obra, além do desprezo e da negação do rural.

Ao tratar também da riqueza e da diversidade que permeiam o rural - e que, ao longo do tempo, suscitaram exploração e negação por parte das elites sociais -, Souza et al. (2017) apontam para a necessidade de valorização da identidade rural e de suas singularidades, ou seja, faz-se necessário pensar uma educação que considere as demandas e especificidades da cultura

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LEI 10.639/2003: LIMITES E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA RURAL DO RECÔNCAVO BAIANO

Cristiano Lima dos Santos Almeida • Maria Aparecida Oliveira Nascimento Almeida

camponesa. “Diante desse contexto, a escola rural é concebida como um lugar de construção e de socialização de conhecimentos e deve privilegiar os saberes da população local” (Souza *et al.*, 2017, p. 26).

Segundo Fonseca e Mourão (2012), o termo educação rural vem sendo substituído pelo termo Educação do Campo. Tal mudança está associada aos movimentos sociais, que compreendem que a luta camponesa propõe a construção de outro modelo de educação, muito mais amplo e diretamente ligado ao campo, entendido como um espaço de vida e que demanda políticas públicas específicas. Fonseca e Mourão (2012) defendem que:

Nessa perspectiva, não cabe mais o termo “Educação rural”, já que este subentende uma educação pensada e executada pelas elites dominantes. O termo “Educação no campo” pressupõe o redimensionamento da educação do trabalhador no campo, a partir do próprio trabalhador que cria e recria os processos educativos (Fonseca; Mourão, 2012, p. 289).

A concepção de Educação do Campo pensa a escola de outra maneira: não como um lugar destinado à transmissão de conhecimentos “superiores” aos camponeses, mas como um espaço de troca de saberes, construído a partir da vida daqueles que estão inseridos no campo. Pinto *et al.* (2006) apontam que a concentração de terras e o êxodo rural foram sempre marcantes na história do Brasil. Ao que parece, não havia problemas no campo segundo o discurso dominante; porém, com o surgimento dos movimentos sociais no pós-ditadura, as questões relacionadas às condições de vida e de trabalho no meio rural vieram à tona.

Os autores mostram que houve uma retomada das discussões sobre o campo brasileiro durante o governo Lula (a partir de 2003), com a elaboração de uma política voltada à implementação da reforma agrária. Apesar da intensa urbanização das últimas décadas, quase 32 milhões de pessoas ainda vivem no campo brasileiro. Pinto *et al.* (2006) destacam que essa população se encontra em grande desvantagem financeira e educacional quando comparada àquela que vive nas cidades.

Outro fator salientado pelos autores diz respeito à escolarização no Ensino Médio para a população com 15 anos ou mais que vive no campo, entre a qual quase metade encontra-se em situação de desigualdade de aprendizagem.

Segundo Pinto *et al.* (2006), o índice de analfabetismo no meio rural brasileiro é altíssimo: 29,8% da população adulta é analfabeta, enquanto nas cidades essa taxa é de 10,3%, evidenciando a profunda desigualdade educacional entre campo e cidade. Os autores também observam que praticamente não houve avanço significativo no atendimento das demandas relacionadas à educação pré-escolar e ao Ensino Fundamental.

Quanto à oferta educacional no campo, Pinto et al. (2006) apontam que grande parte dos alunos que frequentam escolas rurais encontra-se em situação de atraso escolar - isto é, em distorção idade-série, quando o estudante possui idade superior à esperada para determinado ano escolar. Observam ainda que, no que diz respeito ao processo de ensino no meio rural, dois fatores merecem destaque: o capital sociocultural e a qualidade da oferta educacional.

Sobre a qualidade do ensino para as populações do campo, os autores chamam atenção para a precariedade ainda mais acentuada nesse contexto. Em relação ao desempenho escolar, apontam que há uma desigualdade significativa quando comparados os níveis de proficiência média dos alunos do 4º ao 8º ano do campo em relação aos estudantes das escolas urbanas.

É necessário destacar que, ao abordar as desigualdades referentes à qualidade da oferta educacional entre as populações do campo e da zona urbana, torna-se imperativo considerar questões mais amplas que envolvem também o campo curricular e temas centrais para a ampliação e qualificação da educação. Nesse sentido, destaca-se a urgente “demanda curricular de introdução obrigatória do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nas escolas da educação básica” (Gomes, 2012, p. 100). Considero que existe uma relação direta entre a necessidade de uma política educacional que atenda às especificidades dos povos do campo e a materialização de um currículo escolar que contemple a multiculturalidade, o resgate da identidade afro-brasileira e indígena e, por conseguinte, a construção de uma sociedade mais plural e democraticamente justa.

Metodologia

Nesta pesquisa, buscamos nos orientar por uma abordagem de caráter qualitativo que, segundo Demo (1998), é uma perspectiva metodológica mais dedicada aos aspectos qualitativos da realidade estudada, estabelecendo um olhar prioritário para esses elementos. Como procedimento de obtenção das informações da pesquisa (coleta de dados), foi realizado um levantamento por meio de um formulário eletrônico aplicado a quatro docentes de uma escola localizada na área rural de São Francisco do Conde. As docentes responderam a um questionário eletrônico com questões relacionadas ao seu perfil biográfico, profissional, racial, de gênero e sobre sua prática docente em uma escola do campo.

Tabela 1 - Perfil biográfico das (os) docentes colaboradores da pesquisa

Docentes	Idade	Auto declaração Étnico-racial	Gênero	Formação acadêmica	Tempo de docência (anos)	Tempo de docência em Escola do Campo (anos)	Tipo de vínculo profissional
----------	-------	-------------------------------	--------	--------------------	--------------------------	---------------------------------------------	------------------------------

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LEI 10.639/2003: LIMITES E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA RURAL DO RECÔNCAVO BAIANO

Cristiano Lima dos Santos Almeida • Maria Aparecida Oliveira Nascimento Almeida

Docente - 01	41	Parda	Feminino	Pedagogia	12	6	Concursada
Docente - 02	34	Preta	Feminino	Pedagogia	10	7	Concursada
Docente - 03	39	Preta	Feminino	Pedagogia	9	6	Concursada
Docente - 04	37	Preto	Masculino	Pedagogia	8	7	Concursado

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Além do questionário aplicado e das informações obtidas, a escola também disponibilizou o Projeto Político-Pedagógico. A seguir, apresentamos informações sobre a escola que serviu como lócus da pesquisa e dados fornecidos pelas/os docentes que colaboraram com o estudo, bem como informações extraídas do PPP, as quais contribuíram para subsidiar a análise.

Práticas escolares em uma Escola do Campo em São Francisco do Conde/BA

Segundo informações obtidas junto à Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Conde, o município conta atualmente com 32 escolas localizadas na área rural, abrangendo distritos, povoados e ilhas. Quanto aos alunos matriculados nas escolas do campo, soma-se um total de 4.611 estudantes.

A escola onde a pesquisa foi realizada apresenta a seguinte caracterização, conforme informações obtidas no PPP da instituição:

A caracterização geográfica sobre a localização da escola está relacionada com as diversas identidades que marcam a comunidade local. A escola atende a um elevado contingente de estudantes, que pertencem às famílias que se sustentam economicamente de diferentes ocupações profissionais, incluindo também pescadores, catadores de reciclagem e marisqueiras que adquirem sua economia de subsistência familiar a partir das águas e do manguezal.

As famílias que constituem a comunidade escolar constituem-se em grande parte consideradas de baixa renda, sendo que grande parte dessas famílias encontram-se vinculadas a programas sociais federais e municipais, tais como: Programa Auxílio Brasil e Pão na Mesa. A situação econômica da maior parte das famílias dos estudantes, indica assim, quão importante é a garantia da implementação de políticas públicas de alimentação escolar sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde juntamente com a escola e às comunidades do entorno.

As diferentes identidades sociais e culturais que compõem a comunidade do Caípe e conseqüentemente da unidade escolar, apontam para a necessária consideração de uma oferta educacional maior que esteja contextualizada e próxima à realidade vivenciada pelos estudantes na comunidade local. A vinculação dos estudantes e familiares com a região litorânea, a pesca e a

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LEI 10.639/2003: LIMITES E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA RURAL DO RECÔNCAVO BAIANO

Cristiano Lima dos Santos Almeida • Maria Aparecida Oliveira Nascimento Almeida

mariscagem podem contribuir com apontamentos pedagógicos contextuais que tem a potencialidade de serem facilitadores para os processos de ensino-aprendizagem, por conseqüências à luz das suas ricas diversidades socioculturais (PPP da escola pesquisada, 2024, p. 12).

Destaca-se, então, que a escola pesquisada se caracteriza pelo atendimento a estudantes oriundos de famílias locais que apresentam forte ligação cultural com a pesca, a mariscagem e outras atividades de subsistência relacionadas ao manguezal.

Outro aspecto a ser considerado na caracterização da escola, conforme apresentado em seu PPP, é o reconhecimento, por parte da instituição, dessa realidade sociocultural na qual está inserida, bem como a indicação da necessidade de contextualização do ensino para atender à realidade da comunidade escolar.

Ainda no PPP, ao tratar das bases e dos aspectos legais da educação, o documento apresenta um breve apanhado sobre a Educação do Campo:

A educação do campo caracteriza-se como uma proposta político-educacional que resulta do tensionamento entre os movimentos sociais e o poder público na luta por uma proposta educacional que esteja atrelada às especificidades dos povos do campo, que constituem os diversos rurais do Brasil.

Estão, portanto, previstas na legislação educacional brasileira as possibilidades para que sejam realizadas as adequações necessárias ao atendimento das especificidades que marcam o contexto da oferta da educação básica nas escolas rurais. Mas para além da previsão legal é imperioso que os apontamentos legais sejam materializados no cotidiano dos estudantes, professores e comunidades rurais nas quais as escolas estão inseridas.

O destaque da legislação para a necessidade de consulta da comunidade escolar é fundamental, pois na prática o fechamento de escolas do campo ocorre em atendimento a uma lógica gerencial, desconsiderando as peculiaridades da baixa densidade demográfica das comunidades rurais e suas especificidades.

Destaca-se também que quando ocorre o fechamento das escolas do campo, os estudantes dessas escolas são transferidos para escolas nucleadas ou escolas da zona urbana dos municípios (PPP da escola pesquisada, 2024, p. 31-32).

Ao analisar o PPP da escola, no que concerne à Educação do Campo, foi possível identificar que, em sua escrita formal, sustenta-se a identidade da unidade escolar como uma “escola do campo”. Para isso, são apresentadas citações sobre a legislação que fundamenta a Educação do Campo enquanto modalidade de ensino; contudo, destaca-se a necessidade de uma melhor explicitação acerca da realidade e das práticas de ensino no contexto escolar. Ou seja, é importante verificar se, de fato, as premissas sobre Educação do Campo citadas no PPP estão presentes no cotidiano das práticas desenvolvidas no chão da escola.

Na análise do PPP, também ganha destaque o reconhecimento das diferentes identidades sociais e culturais que compõem a comunidade do Caípe, à qual a escola pertence. Entretanto,

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LEI 10.639/2003: LIMITES E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA RURAL DO RECÔNCAVO BAIANO

Cristiano Lima dos Santos Almeida • Maria Aparecida Oliveira Nascimento Almeida

essas identidades sociais e culturais, pontuadas mais especificamente na página 12 do PPP, são apresentadas de forma genérica:

As diferentes identidades sociais e culturais que compõem a comunidade do Caípe e conseqüentemente da unidade escolar, apontam para a necessária consideração de uma oferta educacional maior que esteja contextualizada e próxima à realidade vivenciada pelos estudantes na comunidade local. A vinculação dos estudantes e familiares com a região litorânea, a pesca e a mariscagem podem contribuir com apontamentos pedagógicos contextuais que tem a potencialidade de serem facilitadores para os processos de ensino-aprendizagem, por conseqüências à luz das suas ricas diversidades socioculturais (PPP da escola pesquisada, p. 12, 2024).

No texto analisado (PPP da escola), citam-se identidades sociais e culturais sem a devida demarcação de sua origem e etnia. Ao analisar o perfil biográfico das(os) docentes que responderam ao questionário desta pesquisa, observa-se que elas(es) se declaram majoritariamente pretas(os) e pardas(os). Ou seja, ao que parece, as questões relacionadas à valorização da ancestralidade e das tradições que originam as comunidades - com bases indígenas e africanas - acabam permanecendo em um estado de silenciamento e apagamento.

Outro fator a ser considerado é a emergência das políticas públicas curriculares estabelecidas pela legislação, mais especificamente pela Lei 10.639/2003, alterada pela Lei 11.645/2008, que determina a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura da África, dos Afro-brasileiros e dos povos indígenas. Na leitura e análise do PPP, não aparece - ou não se faz - nenhuma menção direta a uma proposta educacional que centralize ou estabeleça relação com esses fatores, os quais são primordiais do ponto de vista cultural, político e pedagógico.

No PPP, a identidade étnico-racial e cultural da comunidade escolar fica oculta, pois se demarca apenas a vinculação dos estudantes e suas famílias com a pesca, a mariscagem e a cultura litorânea, sem qualquer resgate da ancestralidade negro-africana ou dos povos originários. Conforme aponta Cavalleiro (1998), é necessário atentar para o silenciamento dessa temática no que se refere às famílias e, especialmente, à escola:

O silêncio que atravessa os conflitos étnicos na sociedade é o mesmo silêncio que sustenta o preconceito e a discriminação no interior da escola. De modo silencioso ocorrem situações, no espaço escolar, que podem influenciar a socialização das crianças, mostrando-lhes, infelizmente, diferentes lugares para pessoas brancas e negras. A escola oferece aos alunos, brancos e negros, oportunidades diferentes para se sentirem aceitos, respeitados e positivamente participantes da sociedade brasileira. A origem étnica condiciona um tratamento diferenciado na escola (Cavalleiro, 1998, p. 198).

Desse modo, e diante dessa invisibilidade, não há qualquer articulação com a perspectiva prática da Educação do Campo enquanto política educacional que valorize as especificidades e os modos de vida dos povos do campo, sem excluir o pertencimento étnico-racial e a aplicação da Lei 10.639/2003.

A seguir, apresentamos as respostas das(os) docentes ao formulário eletrônico sobre os desafios da docência em uma escola do campo.

Os desafios da docência em uma escola do campo: o que dizem as/os docentes

No formulário eletrônico, aplicado a quatro docentes, foram realizados questionamentos sobre a Educação do Campo, suas especificidades, a necessidade de proposta e prática pedagógica específicas para essa modalidade de ensino, a oferta de formações voltadas à atuação nas escolas do campo e os principais desafios enfrentados na docência nesse contexto. A seguir, apresentamos as questões e as respostas das(os) docentes.

A primeira questão apresentada foi a seguinte: “*A escola em que você atua está localizada na área rural do município de São Francisco do Conde e configura-se como uma escola do campo. Em sua opinião, a proposta educacional das escolas do campo necessita ser diferenciada e voltada para as especificidades desse contexto? Justifique.*”. As(os) docentes responderam da seguinte forma:

Sim. É preciso adequar às escolas as especificidades de cada contexto, pois assim as aprendizagens passam a contemplar as necessidades dos educandos (Docente 01).

Sim! A identidade social precisa ser construída e para isso os sujeitos precisam se reconhecer integrantes desse contexto, conscientes da sua realidade. Para isso é necessário que haja uma proposta educacional que viabilize essa construção de identidade (Docente 02).

Sim, pois a realidade dos alunos são diferentes (Docente 03).

Sim, compreendo que existem diferenças marcantes entre os contextos rurais e urbanos, não vejo que essas diferenças coloquem esses contextos em oposição, mas em uma lógica de complementação rural-urbano, especialmente se considerarmos que as mudanças, transformações e avanços tecnológicos já estão sendo intensamente vivenciados também no campo. Quanto a proposta educacional, considero como necessária a realização de propostas educacionais e curriculares que tenham como perspectiva a contextualização dos conteúdos e práticas escolares com a realidade dos estudantes e suas famílias e o seus contextos de vida. A proposta e as práticas escolares precisam fazer sentido e ser significadas pelos alunos. A

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LEI 10.639/2003: LIMITES E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA RURAL DO RECÔNCAVO BAIANO

Cristiano Lima dos Santos Almeida • Maria Aparecida Oliveira Nascimento Almeida

contextualização e a compreensão da realidade local dos alunos das áreas rurais é fundamental (Docente 04).

A segunda questão do formulário eletrônico abordou o conhecimento das(os) docentes sobre a proposta da Educação do Campo: “*A Educação do Campo é uma modalidade de ensino que ocorre em áreas rurais e é voltada para as populações que vivem nesses espaços. Conte um pouco sobre o que você conhece sobre a Educação do Campo.*”

Destacamos a seguir as respostas apresentadas pelos docentes:

Que ela deve contemplar o contexto pelo qual os estudantes estão inseridos. Realidade social, econômica e cultural (Docente 01).

É uma modalidade de ensino que atende ou deveria atender as populações que vivem nas diversas realidades do campo, atendendo as suas necessidades específicas e respeitando seu modo de vida (Docente 02).

Não tenho um conhecimento necessário sobre educação do campo (Docente 03).

Lembro-me de ter estudado sobre a Educação do Campo em uma disciplina do Curso de Pedagogia na Universidade Pública em que fiz minha formação inicial. Tivemos uma disciplina que nos passou informações relevantes sobre a Educação para os povos que vivem no/do campo. Lembro que foi-nos dito que a Educação do Campo nasce dos trabalhadores do campo e deve atender as suas especificidades, ou seja, modos de vida e suas perspectivas. A professora da disciplina na época falava que a educação urbanocêntrica não atende aos povos do campo, o que justifica a luta dos movimentos sociais camponeses por uma política educacional que lhes seja própria (Docente 04).

A terceira questão do formulário eletrônico abordou a oferta de formação pedagógica por parte da Secretaria de Educação do município para os professores da rede municipal que atuam em escolas do campo: “*Durante o tempo em que atua como docente na rede municipal de São Francisco do Conde, você já participou de alguma formação pedagógica voltada especificamente para a docência na Educação do Campo? Em caso de resposta afirmativa, conte como foi essa experiência*”. A seguir, apresentam-se as respostas dos docentes:

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LEI 10.639/2003: LIMITES E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA RURAL DO RECÔNCAVO BAIANO

Cristiano Lima dos Santos Almeida • Maria Aparecida Oliveira Nascimento Almeida

Não (Docente 01).

Não! Inclusive já foi sugerido em formações pedagógicas mais de uma vez (Docente 02).

Nunca! (Docente 03).

Estou em São Francisco do Conde desde 2017, quando entrei na rede municipal através de concurso público e até o momento nunca foi ofertado nenhum tipo de formação ou proposta que nos ajudasse a pensar a Educação do Campo. Na verdade o que vejo é uma negação da própria identidade na escola em que atuo, pois a gestão da escola não reconhece que seja uma escola do campo, embora essa condição esteja presente nos documentos e cadastros de nossa escola, estamos geograficamente na área rural do município e os alunos vivem uma vida com hábitos ligados a mariscagem, a pesca, a cavalgada e a costumes mais próximos do meio rural (Docente 04).

A quarta questão abordou a percepção das(os) docentes sobre a necessidade de contextualização dos livros didáticos para a prática pedagógica nas escolas do campo do município de São Francisco do Conde/BA: “Considerando que você desenvolve sua prática docente em uma escola do campo, os livros didáticos disponibilizados para os estudantes são apropriados e contextualizados para essa realidade? Você considera a contextualização dos livros didáticos como necessária?”. A seguir, apresentam-se as respostas fornecidas pelas(os) docentes:

Os livros não são apropriados. Considero a contextualização necessária, pois é uma das formas de valorização e pertencimento do lugar que vivemos (Docente 01).

Os livros didáticos atuais não trazem essa contextualização. Outrora tivemos um livro que viabilizava um pouco do contexto. Considero importante que os materiais utilizados, seja livros didáticos ou literários, contemple a realidade do sujeito. É imprescindível que em sua construção socioeducacional, o sujeito se sinta íntimo das ferramentas que utiliza (Docente 02).

Os livros são padrões pra cidade e campo (Docente 03).

Lembro-me que quando cheguei à rede municipal de São Francisco do Conde tínhamos um livro didático chamado "Campo Aberto" e que esse era um livro contextualizado para as escolas do campo, também era um livro com proposta interdisciplinar. De lá para cá nunca mais tivemos um livro voltado para a Educação das Escolas do Campo, especificamente. Considero como fundamental que os livros e materiais didáticos sejam contextualizados, mas acho que somente o material não fará grande diferença se houver uma negação da própria identidade da escola como Escola do campo, o que quero dizer é que não adianta ter material contextualizado se os professores e a gestão da escola não compreendem e aceitam que a escola em que atuam tem uma identidade específica. Acho que negar a identidade é uma forma de não se comprometer em fazer uma educação diferente e contextualizada (Docente 04).

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LEI 10.639/2003: LIMITES E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA RURAL DO RECÔNCAVO BAIANO

Cristiano Lima dos Santos Almeida • Maria Aparecida Oliveira Nascimento Almeida

A quinta e última questão referiu-se aos principais desafios enfrentados pelos docentes para desenvolver sua prática na escola do campo: “*Conte um pouco sobre os principais desafios que você enfrenta na docência em uma escola do campo*”. A seguir, destacamos as respostas fornecidas pelas(os) docentes:

A escola não tem estrutura adequada, o currículo não se adequa ao contexto climático da região e nem aborda questões pedagógicas sobre a região que a escola está inserida (Docente 01).

Penso que o principal desafio seja a resistência em se reconhecer como uma escola do campo. A gestão já se manifestou contrária a essa afirmativa, embora os professores reconheça como tal. O fato de haver uma refinaria ao lado do bairro do caipe, em mataripe, foi utilizado como justificativa de resistência, embora a comunidade tenha uma forte ligação com a pesca e mariscagem. Com isso, a escola nunca adotou nenhum dos princípios da Educação do Campo, tão necessários para a valorização individual e coletiva da comunidade (Docente 02).

Tem conteúdos que são específicos da cidade que os alunos não conseguem fazer a ligação, pois não faz parte da realidade deles (Docente 03).

Os desafios são muitos, enfrentamos problemas na estrutura física da escola, salas quentes, sem ventilação, livro didático descontextualizado, currículo urbano, negação da identidade do campo, falta de espaço adequado para recreação das crianças entre outros (Docente 04).

As respostas apresentadas pelas(os) docentes ao formulário eletrônico foram unânimes quanto à necessidade de uma proposta educacional distinta e específica para o contexto das escolas do campo, reconhecendo as diferenças entre os modos de vida rural e urbano e o quanto as práticas escolares precisam fazer sentido para os educandos, especialmente pela valorização do contexto local.

Cabe pontuar, porém, que, além de reconhecer a necessidade de uma proposta pedagógica específica para a Educação do Campo, é fundamental compreender que essa proposta não virá pronta, mas será construída coletivamente no contexto escolar por seus sujeitos. O PPP é essencial nesse processo de sistematização, valorizando a identidade local e os modos de vida próprios dos estudantes e de suas famílias. Vasconcellos (2019) destaca que o Projeto Político-Pedagógico é um instrumento de luta. Outro ponto relevante é o que Caldart (2024, p.99) aponta sobre a origem da Educação do Campo: “não esquecer que a Educação do Campo veio de lutas coletivas sobre contradições: luta pela terra, pelo trabalho, pela vida em suas diferentes dimensões”.

Considerações Finais

Ao chegar à etapa conclusiva da pesquisa, destacamos que o trabalho teve como objetivo analisar se a oferta educacional de uma escola do campo, situada na área rural do município de São Francisco do Conde, se aproxima da proposta educacional da Educação do Campo, tomando como referência a leitura e análise do PPP da escola em questão e as respostas de quatro docentes ao formulário eletrônico aplicado.

Destaca-se que falar de uma escola do campo em que se materialize a proposta da Educação do Campo é falar de uma instituição fortemente vinculada às identidades sociais e culturais dos sujeitos e atores sociais que compõem seu contexto, além de suas práticas, ancestralidades e modos de ser, existir e resistir. Dessa forma, a escola do campo e a Educação do Campo na área rural de São Francisco do Conde, no Recôncavo Baiano, demandam uma identidade institucional, pedagógica e didática contextualizada e fortemente implicada com as origens afro-brasileira e indígena, que historicamente caracterizam esse território de identidade.

Portanto, falar em Educação do Campo em São Francisco do Conde, e mais especificamente na região do Caípe - território onde se localiza a escola pesquisada - é abordar um “campo” não genérico, mas com marcas próprias, diretamente ligadas à pesca, à mariscagem, ao samba de roda e à cultura insular dessa região da Bahia. Isso evidencia a necessidade de aproximações no PPP da escola entre a contextualização do ensino e o contexto local, bem como a demarcação teórica e prática da Lei 10.639/2003, alterada pela Lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história afro-indígena.

Destacamos, portanto, que uma necessária proposta específica para a Educação do Campo na escola lócus do estudo não pode ser apenas genérica ou desvinculada das questões sociais e culturais mais profundas, diretamente relacionadas às culturas indígena e africana, que marcam e constituem a identidade da população brasileira e, mais especificamente, do Recôncavo Baiano.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Lei nº 10.639, 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003, seção 1, p. 1.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LEI 10.639/2003: LIMITES E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO DE
UMA ESCOLA RURAL DO RECÔNCAVO BAIANO

Cristiano Lima dos Santos Almeida • Maria Aparecida Oliveira Nascimento Almeida

BRASIL, Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.**

BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 26 dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996.

BEZERRA NETO, L; BEZERRA, M. C. S. Educação do Campo: referenciais teóricos em discussão. *In: BEZERRA NETO, L; BEZERRA, M. C. S. Educação para o campo em discussão: reflexões sobre o programa escola ativa.* São José: Premier, 2011. p. 101-119.

BORGES, H. S. Educação do campo como processo de luta por uma sociedade justa. *In: GHEDIN, E. (org.). Educação do Campo: epistemologias e práticas.* São Paulo: Cortez, 2012. p. 77-116.

CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho. Educação. Saúde.** v. 7, n. 1, p. 35-64, 2009.

CALDART, R. S. *et al.* **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S. Educação do Campo: o que não perder do percurso e quais nossas tarefas prioritárias. *In: LIMA, A. M. et al. (orgs.). A ideologia do capital e a mercantilização da educação no contexto neoliberal.* Senhor do Bonfim: Nova Terra Editora, 2024. p. 97-116.

CAVALLEIRO, E. S. **Do silêncio do lar ao silêncio da escola: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil.** 1998. 240 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

DEMO, P. Pesquisa qualitativa: busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Revista latino-americana. Enfermagem.** v.6, n. 2, p. 89-104, abr. 1998.

FACCIO, S. F. A Educação do Campo e os movimentos sociais: uma trajetória de lutas. *In: GHEDIN, E. (org.). Educação do Campo: epistemologias e práticas.* São Paulo: Cortez, 2012. p. 195-206.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos, **Currículo sem Fronteiras,** v. 12, n. 01, p. 98-109, 2012.

LIRA, D. A. N.; MELO, A. D. D. A educação brasileira no meio rural: recortes no tempo e no espaço. *In: I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra Pobreza e Desigualdade,* 2010, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN. **Anais.** Natal/RN, 2010.

PERES, M. A. C. **Analfabetismo entre idosos no semiárido nordestino.** Salvador: EDUNEB, 2013.

PINTO, J. M. R. *et al.* O desafio da Educação do Campo. *In: BOF, A. M. et al. (orgs.). A*



A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LEI 10.639/2003: LIMITES E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO DE
UMA ESCOLA RURAL DO RECÔNCAVO BAIANO

Cristiano Lima dos Santos Almeida • Maria Aparecida Oliveira Nascimento Almeida

educação no Brasil rural. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

SOUZA, E. C. *et. al.* **Escola Rural:** diferenças e cotidiano escolar. Salvador: EDUFBA, 2017.

SILVA, P. B. G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 489-506, set./dez., 2007.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao trabalho cotidiano da sala de aula. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

SOBRE O/AS AUTOR/AS

Cristiano Lima dos Santos Almeida. Professor Assistente do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHEL/UESB). Doutor em Educação e Contemporaneidade pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC/UNEB). <http://lattes.cnpq.br/3517514078331400>.

Maria Aparecida Oliveira Nascimento Almeida. Licenciada em Pedagogia e Bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). <http://lattes.cnpq.br/1619563458138064>.

Como citar

ALMEIDA, Cristiano Lima dos Santos; ALMEIDA, Maria Aparecida Oliveira Nascimento. A educação do campo e a Lei 10.639/2003: limites e possibilidades no contexto de uma escola do campo do recôncavo baiano. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, Itapetinga, v. 6, n. 13, p. 1-19, jan./dez., 2025.

